

# I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES DO IBAMA

De 27 a 29 de setembro de 2007

O I CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES DO IBAMA foi realizado no período de 27 a 29 de setembro 2007, no auditório do CEPENE, em Tamandaré-PE, e contou com a participação de 70 (setenta) delegados, 1 observador e um convidado, representando os Servidores do Ministério do Meio Ambiente. Todos os participantes, a seguir relacionados são integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente: **Alagoas** (Cláudio Fabi e Maurício Cerqueira), **Amapá** (Maria das Graças Rocha e Marcela Marins), **Bahia** (Wellington José de Jesus Gomes, Washington Dias da Silva e Alberto Gonçalves da Silva), **Ceará** (Rômulo George de Sales e Silveira, Mariângela Bampi Klefasz e José Osmar de Vasconcelos), **Cepene** (Ademilde Maria Lopes e Pedro Augusto Macedo Lins), **Cepta/SP** (Vera Elen N.Freitas), **Distrito Federal** (Ana Maria Evaristo Cruz, Francisco Fernando Livino de Carvalho, Joaquim Benedito da Silva Filho, Jonas Moraes Corrêa, Lílian Letícia Mitiko Hangae, Mirian Vaz Parente, Fernando Regis de Siqueira, Elizabeth Erikio Uema, Elizabeth Montenegro Braga, Grahal Bentti e Sérgio Martinez), **Espírito Santo** (Flávio José Pereira, Miguel Delamelina, Lazaro Macedo e Marcos Dias da Costa), **Goiás** (Antonio Alencar Sampaio, Odir Adelino Batista e Wanja Melo), **Maranhão** (Francisco Cardoso), **Minas Gerais** (Daniel Vilela e Waldo Luiz Cerqueira), **Pará** (Gunther Barbosa, Maria Rita Neto e Otávio Albuquerque Lima), **Paraíba** (Francisco Borges de Sousa e Paulo Marinari), **Pernambuco** (Gisela Livino de Carvalho, Miguel Pereira Amorim Neto e Manoel Edson de Lima), **Piauí** (Edílson Ferreira, Washington Vagner de A. M. Pereira, Joelza de Lima Enéas e Crhistyanne Soares), **Paraná** (Glória Zanelato), **Rio de Janeiro** (Alessandra Fontana, Arnaldo Tororó, Carlos Eduardo, Thaís Salmito, Silvia Borges e Alfredo Leite), **Rio Grande do Norte** (Austrele E. Otaviano Bezerra, Marion Diana da Silva e Paulo Roberto dos Santos), **Rondônia** (Iara Tatiana M. Rodrigues e Maria Nautilia Nascimento), **Santa Catarina** (Jorge Almeida de Albuquerque e Sérgio Luiz Venâncio), **Sergipe** (Antonio Fernandes da Cruz, Fernando José dos Santos e José Genildo dos Santos), **São Paulo** (Margarida Sturaro e Eliana Ginciene), **Tocantins** (Joel Alves Gomes). Observador: Alberto Biriba dos Santos – DF. Convidado: Erico Grassi – MMA.

pauta

Dia 27/09/2007

O primeiro dia do Congresso iniciou-se com o credenciamento dos delegados. Após o credenciamento, o Presidente da ASIBAMA NACIONAL Jonas Corrêa proferiu a abertura do evento, sendo seguido por uma breve saudação de boas vindas, dada pelo Chefe do CEPENE, Analista Ambiental Antonio Clerton, a todos os participantes. Rômulo (CE) realizou uma dinâmica para a apresentação de todos aqueles que se encontravam na plenária.

Encerrada a abertura do Congresso, foi eleita a mesa para coordenar os trabalhos, composta pelos delegados Cláudio Fabi (AL), que a presidiu, Gunter Barbosa (PA), Thaís Salmito (RJ), Alberto Gonçalves da Silva (BA), e Glória Zanelato (PR). Em seqüência, foi eleita a Comissão de Relatoria composta por: Alessandra Fontana (RJ), Carlos Eduardo (RJ) e Daniel Ambrosio (MG). Passou-se, então, para a apresentação de cada um dos delegados e observadores.

Às 10 horas o presidente da mesa iniciou os trabalhos com a leitura do Regimento Interno do 1º Congresso Nacional Extraordinário da ASIBAMA, o qual foi aprovado com modificações nos artigos 10 e 16.

## **CAPITULO I**

### **DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO**

#### **Acrescentar o regimento interno**

#### **I - Informes**

##### **Região Norte**

**Tocantins:** Joel – A sede original do IBAMA/TO acabou se deteriorando com o tempo por falta de manutenção. Atualmente estão em um prédio que não apresenta condições dignas para que um servidor público federal exerça suas funções. Em breve, acredita que estarão se mudando para um prédio em melhores condições. Contudo, estão reivindicando desde 2005 recursos financeiros para a reforma deste prédio e até agora não obtiveram resposta, com o Governo Federal através do IBAMA impondo dificuldades para a liberação de verba. Falou sobre a fusão da DITEC/DICOF que causa sobrecarga ao chefe da DICOF e desânimo para o substituto (DITEC), pois não recebe o DAS e trabalha muito e com excessiva responsabilidade. Citou a implantação do DOF no estado, mas dizendo que não enviaram recursos necessários para o acompanhamento e fiscalização nas origens. Assim, continua ocorrendo o consumo, transporte e comércio ilegal de produtos florestais. Elogiou a gestão do atual Superintendente-substituto Décio Fetti, no cargo desde 20 de março de 2007, analista ambiental, que teve a capacidade de reagregar os servidores e remotivar os mesmos para a realização de suas atividades. Passou informações de que não serão fechados nenhuns dos três escritórios regionais existentes no estado.

**Pará:** Otávio - Denunciou a imoralidade daqueles que passam no concurso, são lotados em Unidades de Conservação e logo depois conseguem remoção para a SUPES com DAS, passando a incitar os demais servidores a solicitarem remoção para a sede e provocando assim o esvaziamento das pontas. Falou sobre a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica que estaria passando atribuições do órgão para o estado, que inclusive já foi denunciado ao Ministério Público.

**Rondônia:** Naltira e Tatiana – Reclamaram do descaso da administração no estado, onde não há diálogo com o superintendente. A SUPES fez uma reunião com o Paulo de uma Diretoria de Brasília, sem a presença dos servidores. Estes sequer sabiam qual o assunto que estava sendo tratado. Demonstraram preocupação porque os servidores estão com um grande acúmulo de trabalho e total carência de verbas para sua execução. Estão passando por um processo de troca da diretoria da ASIBAMA/RO

**Amapá:** Graça – Informou que no Amapá antes mesmo do desfecho da greve, os servidores já se encontravam desmotivados devido à falta de recursos. Disse que os servidores da SUPES sentem que o atual superintendente, que não é um quadro da casa, não lhes informa sobre suas ações e nem dialoga com eles. Esclareceu que a ASIBAMA/AP foi estruturada a pouco tempo, tendo a sua frente basicamente dois servidores, apesar de contar com cerca de 100 associados.

### **Região Nordeste**

**Alagoas:** Maurício – Sente dificuldade na mobilização dos servidores para a realização de assembleias. Muitos destes passaram a alegar que o IBAMA não existe mais, pois estão desestimulados com a divisão imposta pelo governo. A greve no estado foi de apenas 50% dos servidores.

**Bahia:** Alberto – Reclamou que o sindicato (SINTSEF/BA) não deu o devido apoio ao movimento dos servidores do IBAMA, elogiando a organização destes durante a greve. Afirmou que isto fez com que a greve unisse os colegas. Acredita que a greve gerou efeitos positivos na categoria. A maioria dos servidores foi participativa e até mesmo aqueles que raramente tinham participação em movimentos paredistas aderiram e contribuíram muito nas diversas atividades. Em sua avaliação, o comportamento do servidor melhorou muito quanto ao seu compromisso emocional, à criação de uma consciência de seu papel como servidor e como cidadão, visto todos os fundamentos que motivaram esta “greve cidadã”, esta greve política. Repassou o questionamento de que a extinção de alguns escritórios regionais e a criação de outros não tem até hoje os critérios claros. Ao seu ver, o que parece é que pessoas sem a mínima capacidade de análise estratégica quanto à localização e às ocorrências ambientais que se destacam (proteção de mata atlântica, tráfico de animais silvestres, Rio São Francisco, etc.) é que definem onde a presença da instituição é indispensável. Pergunta se os cargos de chefia e esses escritórios regionais são fictícios? Fala que há “chefes” de toda qualidade, na maioria, hoje denominados de interinos e que tudo isso só resulta em falhas de gerenciamento. Informou que no IBAMA da Bahia o Superintendente é analista ambiental do primeiro concurso, tem diálogo, é comprometido com a causa, direito, mas tem administrado o IBAMA mais de “fora pra dentro” do que o inverso, ou seja, valorizando demais as relações com outras instituições para tratar dos interesses delas, sem se preocupar em tratar com mais veemência os problemas gerenciais que o IBAMA sempre teve e agora está pior. Sobre a relação do IBAMA com os aparelhos do Estado da Bahia para a gestão ambiental diz que a mesma não é positiva. Cita que a

desorganização pela qual passa o IBAMA e a falta de capacidade técnica e operacional do estado para o exercício de suas funções prejudicam bastante. Vê que o discurso para fortalecimento do SISNAMA sempre acontece, porém, as práticas deixam a desejar. Falta muito apoio, o IBAMA fica sozinho e em situações críticas como acontece na RESEX de Canavieiras onde ameaças de todo o tipo, oriundas da politicagem local, acontecem contra servidores, técnicos e comunitários. Comentou que após a greve, o interesse dos servidores em discutir a organização da casa (organogramas, fluxogramas, procedimentos, etc.) aumentou, provocando um entendimento com a direção da SUPES no sentido de realizar um seminário dos servidores para construir esses elementos de organização e método raros no IBAMA. Também neste seminário serão abordados temas como relações interinstitucionais e relações setoriais internas, para melhor distribuição do trabalho, de forma a aperfeiçoar a questão gerencial e os resultados.

**Ceará:** Rômulo – Após a greve, conta com o engajamento real dos servidores. Estão hoje em discussões internas para definir quais as atribuições de cada setor do IBAMA nos estados, tendo em vista as metas do Instituto. Deixará para discutir na análise de conjuntura a Carta Aberta à Ministra Marina Silva, sobre a situação da educação ambiental no IBAMA. Acha que devemos tirar desse congresso seminários estaduais, assunto que também pretende retratar melhor durante sua análise de conjuntura.

**Maranhão:** Cardoso – Criticou a indicação política para cargos públicos pelo Governo, Federal. Disse que a superintendente do Maranhão representa 3 ONG's e tem a intenção de se perpetuar no cargo, nomeando membros de diversas outras ONG's para cargos de confiança (DAS) no estado.

**Paraíba:** Paulo Marinari – Iniciou relatando que após muita luta conseguiram derrubar o Superintendente anterior colocado no cargo politicamente e que sofria diversas denúncias por favorecimento em benefício próprio e de políticos locais. Disse que o atual Superintendente é da casa, apresenta uma boa administração, mas sofre com as dificuldades advindas da total falta de recursos financeiros. Na Paraíba, sabe-se que hoje já há um nome do PT para assumir o cargo, principalmente depois que o Presidente Lula aumentou em 140% o valor do DAS, ajudando assim vários “desempregados políticos”. Falou que o nosso movimento de greve ficou fraturado, principalmente com o fato inusitado do corte de salários que nunca havia acontecido, nem no regime militar. Que hoje, o Governo do PT conhecedor da máquina de greve conseguiu travar todo o sistema. Citou os servidores do IBAMA que atuam na fiscalização e que num surto de trabalhar agregado às diárias fornecidas pela Diretoria Central do IBAMA (sabedora da fome por diárias) que produziu operações para enfraquecer o movimento das greves em todo o Brasil. Por fim, informou que estão para perder um escritório regional de Campina Grande, provocando a desestruturação do órgão no estado. Afirmou que a única saída é nos fortalecer para não perdermos mais credibilidade.

**Pernambuco:** Gisela – Afirmou que o Superintendente sempre respeitou os servidores e seu direito de greve, mas o compromisso dele é com o governo, não com o IBAMA. A AEMA – Associação de Especialistas em Meio Ambiente,

que representa os servidores do IBAMA no estado, está em crescente processo de mobilização, que melhorou muito depois da greve. O estado que conta com cerca de 250 servidores tem uma média de 40 em cada assembléia.

Nadinha (CEPENE) – Falando pelas unidades descentralizadas disse que houve por parte dos servidores destas uma boa mobilização durante a greve.

**Piauí:** Edílson – O estado teve um bom nível de participação dos servidores nas lutas. Não têm sido cumpridas as demandas do instituto, principalmente pela falta de recursos financeiros. Os servidores estão apreensivos com as perdas em relação ao plano de saúde quando da migração para o ICMbio. Acha importante que sindicatos e a ASIBAMA NACIONAL visitem os estados para conhecer melhor o nível de mobilização de cada um.

**Rio Grande do Norte:** Paulo – Criticou o fechamento dos escritórios regionais em regiões de importância ecológica. Quanto à mobilização, disse haver uma desmotivação após a greve em virtude das retaliações como o corte de ponto. Afirmou que a ajuda do sindicato (SINTSEF/RN) foi muito importante durante a luta deles contra a divisão do IBAMA.

**Sergipe:** José Genildo – Relatou problemas com as precárias condições de trabalho, a falta de recursos, de material, de um local de trabalho apropriado, etc. Disse acreditar que não haverá problemas com os escritórios regionais e que só existem três unidades de conservação no estado. Acha preciso lutar pela união dos servidores do IBAMA.

### **Região Centro-Oeste**

**DF:** Jonas – Informou que após a aprovação da MP houve várias reuniões com o Presidente do Ibama Bazileu Margarido, seu Chefe de Gabinete Abelardo Bayma e com a Diretora do ICMbio Silvana. Uma delas para apresentação do calendário de reposição dos dias parados, com uma flexibilização para que os servidores realizem tal reposição. Nem todos os servidores conseguiram fazer esta opção através da IBAMANET. A Administração ficou de se verificar o motivo destes não conseguirem optar, através do envio de e-mail para cada um destes servidores. Caso não obtenha resposta, enviará um memorando para que os mesmos tomem conhecimento da necessidade de se efetuar a opção.

Lílian (Ex-DIREC) – Relatou que em função da falta de interlocução com o atual diretor Marcelo Françoso e da informalidade da gestão, encaminharam ofícios aos dois presidentes (IBAMA e ICMbio). Com a entrega do cargo do diretor, os servidores conseguiram um canal de interlocução com a DIPLAN e a Presidência. Foi instituído um GT que se reúne todas as tardes e em assembléias às sextas. Foi realizada uma oficina para propor mudanças no chamado Decreto “Capô”, mas esta proposta não foi inovadora, servindo apenas para a correção de determinados pontos. Sexta-feira, dia 20/09, representantes dos servidores reuniram-se com o Presidente-interino com a seguinte pauta: 1) Entrega da proposta de alteração do Decreto “Capô”. Como resposta, informaram que até dezembro haverá momentos de discussão,

seminários, palestras (modelos de gestão de unidades de conservação internacionais) para a proposta de estruturação do ICMbio e que pensam em fazer parceria para que uma assessoria nos auxilie no estabelecimento de processos de gestão. 2) Perfil e escolha do Diretor. Disseram que este será escolhido por edital com perfil e funções estabelecidas. A concorrência estará aberta a todos, sejam servidores ou não e se encerrará com uma entrevista dos pré-selecionados. Após as entrevistas pretendem definir uma lista tríplice que será encaminhada para decisão superior. 3) Relação ICMbio e MMA. O Presidente-interino afirmou que para não incorrer nos mesmos erros verificados na relação IBAMA e MMA, com a sobreposição de funções, serão definidos os papéis e atribuições de cada um no processo de estruturação. 4) Espaço de interlocução entre as diferentes diretorias para estruturar o ICMbio. Na reunião tivemos a garantia de que essa discussão é desejada e será garantida no processo de estruturação.

Questionou o fato de ainda não haver uma indicação de nome definitivo para a presidência do ICMbio. Estão tentando garantir a manutenção de um canal de negociação, dificultada pela ausência de um diretor.

Miriam – Apresentou alguns informes sobre as assembléias realizadas pelos servidores da SUPES-DF, Parque Nacional de Brasília e da Sede.

Apresentou algumas reivindicações dos servidores do IBAMA/Sede: que uma comissão de servidores do DF faça revisão e atualização da pauta nacional de reivindicações dos servidores do IBAMA, tendo como prioridade a recomposição e realinhamento das tabelas salariais dos servidores de nível auxiliar e nível médio; reajuste salarial da tabela de especialista em meio ambiente e reestruturação da carreira, englobando gratificações de atividade ambiental e os adicionais de qualificação. Apresentou também como reivindicações dos servidores da SUPES-DF e do Parque Nacional de Brasília que a redistribuição dos servidores do IBAMA para o ICMbio e SFB seja efetuada através de processo individual via termo de opção; lutar pela unidade orgânica dos servidores de órgãos federais vinculados à área ambiental (IBAMA, ICMbio, SFB, e MMA) independente do regime de contratação (estatutário, celetista, temporário e terceirizado); apoiar e participar da luta pela ascensão funcional, contemplando critérios de valorização do servidor e fortalecimento do órgão; ampliação da força de trabalho do IBAMA e ICMbio via concurso público para servidor de nível médio e superior.

Beth Uema – Informou que a ASIBAMA exigiu que a Administração forneça uma informação exata de quantas horas cada servidor necessitará repor em função da greve. Esta ficou de entrar em contato com os servidores e resolver essa situação, assim que tiverem estes dados totalizados. Denunciou a não existência de uma estrutura formal de educação ambiental em ambos os institutos, impedindo inclusive a transferência de pessoal para o ICMbio. Afirmou que parte dos servidores da antiga CGEAM gostaria de solicitar sua transferência para que pudessem atuar no novo instituto. Na verdade, é por isso que não se define uma estrutura definitiva para a educação ambiental, sendo esta vetada pelo Bazileu.

**Goiás:** Vanja – Disse que o Superintendente é servidor da casa, mas existem várias denúncias contra ele, além de contar com um bom relacionamento com os servidores. Estes estão muito desmobilizados, preocupados com seus

interesses pessoais, principalmente na transferência para novos postos ou para o novo instituto.

Antonio (RAN - Centro de Répteis e Anfíbios) – Criticou a irresponsabilidade do ministério e do governo com a criação do ICMBio, marcada pela total falta de planejamento. Embora haja reuniões, ninguém conhece suas reais atribuições. Criticou a assinatura do termo de compromisso no final da greve. Foi inicialmente favorável, pois achava que no final ele ia se tornar um documento de denúncia para mostrar à sociedade o tamanho da opressão e da retaliação sofrida pelos servidores do IBAMA durante sua mobilização contra a aprovação da MP, mas isso não ocorreu. Alertou para o grande perigo do atual processo de divisão entre IBAMA e ICMBio, não só em relação aos servidores, mas também no que diz respeito à divisão dos bens patrimoniais.

### **Região Sudeste**

**Espírito Santo:** Flávio - Denunciou o desmantelamento da estrutura do IBAMA e salientou a importância da manutenção da unidade dos servidores dos dois institutos, para o trabalho em conjunto. Relatou problemas relacionados ao defeso da lagosta no estado durante a greve, mantendo concessão de diárias para os servidores da fiscalização que estavam em regime de trabalho.

**Minas Gerais:** Daniel – Estão sem superintendente efetivo desde a saída do Roberto Messias, nomeado Diretor de Licenciamento. Relataram problemas administrativos advindos da falta de planejamento e de metas, agravados pela divisão do Ibama. Relatou a apreensão dos servidores em relação à possibilidade do fechamento de escritórios regionais no estado.

**Rio de Janeiro:** Silvia – Falou sobre o processo de luta durante a greve que contou com uma boa mobilização por parte dos servidores. Disse que atualmente existe uma desmotivação em função da divisão e uma preocupação recorrente com o que irá acontecer. Muitas dúvidas dos servidores, principalmente sobre como será o processo de transferência entre os institutos. Preocupação com o fechamento dos escritórios regionais. Também levantou diversas críticas sobre o descaso com que vem sendo tratada a questão da educação ambiental, que não faz parte da estrutura de nenhum dos dois institutos, sendo isolada cada vez mais. Informou que a ASIBAMA/RJ está renunciando e convocando novas eleições até o final do ano. Relatou os fatos ocorridos nas eleições para o sindicato (SINTRASEF/RJ), onde a chapa da situação, ligada ao PT tentou fraudar as eleições para impedir a vitória da chapa de oposição. Hoje a eleição encontra-se embargada por solicitação das chapas concorrentes, sendo prevista nova eleição para o mês de outubro. Por fim, declarou a desconfiança total da base do Rio de Janeiro com o Governo Federal e com as entidades representativas dos trabalhadores que atuam em defesa do governo. Defendeu a desfiliação da CONDSEF da CUT.

Alessandra (CGPEG) – Relatou que após a greve a mobilização dos servidores não está boa, porém o discurso em relação às funções e atribuições de cada um dentro da CGPEG esta coeso, fato este que foi demonstrado numa reunião com o novo Diretor de Licenciamento. Nesta

reunião foram apresentadas diversas sugestões pela diretoria com o claro propósito de fragmentar o licenciamento de petróleo, buscando passar parte de suas atribuições de análise dos Estudos de Impacto Ambiental para as SUPES dos estados onde estariam localizados estes empreendimentos. Esta tentativa foi veementemente rechaçada por todos os servidores da Coordenação que apontaram as reais dificuldades enfrentadas como a falta de recursos humanos e financeiros dentre outras. Posteriormente se estenderá mais sobre a questão do licenciamento durante a análise de conjuntura.

**São Paulo:** Vera – Relatou a força do movimento durante a greve, valorizando apenas a mobilização. Criticou a falta de comunicação da Administração com os Servidores, sem informações oficiais em relação ao fechamento ou não de escritórios regionais. Disse haver falta de espaço para negociação sobre as decisões futuras. Questionou sobre a representação dos servidores do ICMbio no Congresso.

Vera Ellen (CEPTA) – Disse que estão ocorrendo diversas reuniões com os analistas para discutir sobre a nova realidade do CEPTA, porém até momento as pessoas que participam dessas reuniões saem de lá sem ter o entendimento do que elas realmente vão fazer dentro do ICMbio. Denunciou que o diretor do CEPTA questionou a legalidade da ASIBAMA por não sermos mais do IBAMA, isso antes mesmo de sair a portaria de redistribuição, e que o Chefe do CEPTA no dia 25/09 comunicou ao Presidente da ASIBAMA que não iria liberar o delegado eleito em assembléia para o Congresso por não termos mais nada a ver com o IBAMA. Informou a edição de uma instrução normativa do MPOG referente à contagem de tempo de insalubridade para aposentadoria. Declarou que os aposentados e pensionistas estão receosos com relação a situação deles nessa nova realidade, principalmente em referência às ações judiciais e a problemas com o GEAP. Comunicou que estão encaminhando documento ao Ministério Público pela falta de atendimento pelo GEAP constatada em Pirassununga. Propôs que seja feita eleição para a direção da ASIBAMA após mudança estatutária.

## **Região Sul**

**Paraná:** Glória – Deixou clara sua preocupação no quanto é importante que sejam imediatamente definidas as competências de cada instituto considerando o conflito que poderá haver entre os órgãos ambientais federais (IBAMA e ICMbio). Afirmou ser extremamente importante a unificação da ASIBAMA NACIONAL através de suas representações nos estados, fortalecendo cada vez mais as associações estaduais. Criticou a administração do IBAMA no estado dizendo que não é bom o relacionamento dos servidores com o atual Superintendente.

**Santa Catarina:** Jose Albuquerque – Criticou a falta de aptidão do Superintendente, embora seja da casa. Disse que as Unidades de Conservação do estado fizeram uma reunião na sexta-feira, mas que ele ainda não tinha informes sobre o que foi discutido e resolvido. Informou sobre algumas desfiliações da ASIBAMA de servidores que foram transferidos para o ICMbio. Fez duras críticas à divisão do órgão e à atuação da Advocacia Geral

da União. Relatou a atuação de ONG's para suprir a atuação do ICMbio na região sul. Por fim, fez questão de ressaltar a necessidade de se rever a postura ética-profissional dos servidores.

Encerrados os informes por estado e declarando-se a ausência de representantes dos estados de Roraima, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, a mesa encerrou os trabalhos pela parte da manhã, com saída para almoço as 13h20min e retorno previsto para as 14h30min.

A mesa foi reconduzida e os trabalhos reiniciados às 14h45min, através do ponto de Análise de Conjuntura, abrindo-se as inscrições para intervenções. Em função do número de inscritos definiu-se como tempo máximo para cada fala 10 minutos.

## **II - Análise de Conjuntura**

**Biriba (DF)** – Acredita que devemos investir no processo de organização seja na reconstrução ou na diversidade, pois não temos o direito de desistir de nossas atribuições. O fato dos cargos comissionados serem ou não da casa não significa que são aptos ou não para assumir suas funções. Criticou o fato dos atuais diretores do órgão não apoiarem a luta dos servidores em prol do cargo e da função de fiscal. Também afirmou que aproximadamente 700 técnicos estarão aposentados até 2010, sendo necessária a imediata realização de novos concursos, além de capacitação de médio e longo prazo. Frisou que não devemos nos isolar politicamente das demais categorias do serviço público federal, devemos investir nas questões gerais do serviço público, mas mantendo e reforçando nossa pauta de reivindicações específica (correção da tabela, interiorização e titulação). Devemos fortalecer o sistema de comunicação da ASIBAMA, criando um jornal independente, crítico e voltado para a mobilização das lutas. Acredita que devemos capacitar melhor as lideranças que surgem para substituir as que estão saindo. Sugere a criação de uma campanha de denuncia contra o esvaziamento do IBAMA e a influencia das ONG's na gestão ambiental pública, cobrando do Governo Federal a racionalidade da divisão do instituto. Em face da possibilidade de criação de uma nova associação para representar os servidores do Chico Mendes, se coloca contra mais esta divisão e propõe uma ASIBAMA unificada que represente todos os servidores da carreira de meio ambiente. Acha que perdemos a luta por não sabermos trabalhar a informação e que por isso devemos criar um grupo permanente de análise de conjuntura dentro do IBAMA. Por último, disse que devemos combater o medo, não calar, refletir, discutir, indignar-se, agir e se posicionar coletiva, técnica e politicamente, citando Sartre: “Só se vive a liberdade, através da revolta.”

**Beth Uema (DF)** – Afirmou categoricamente que o posicionamento da educação ambiental do IBAMA tem visão completamente oposta a do MMA, defendendo uma Educação Ambiental voltada para as demandas que capacitem as populações a intervir na gestão pública dos recursos ambientais. Falou que essa proposta foi derrotada enquanto conceito de educação durante o processo de reestruturação dos dois institutos. Acredita que a proposta do

MMA desconstrói totalmente a proposta da antiga CGEAM. Procedeu a leitura de uma Carta Aberta sobre o documento “Proposta de Adequação da Educação Ambiental nas Estruturas do IBAMA e do Instituto Chico Mendes”, solicitando que ao final esta fosse ratificada pela plenária e saísse como proposta de resolução do Congresso. Cada delegado levar a proposição para seu estado solicitando apoio a mesma, podendo assinar a petição *on line* que se encontra na página da ASIBAMA.

**Rômulo (CE)** – Começou sua intervenção afirmando preocupar-se em não fazer um discurso de “direitização”, mas que acreditava ser preciso haver luta para não ficarmos apenas observando as coisas acontecerem. Citou o documento lido pela Beth UEMA (DF), ampliando sua abrangência para todas as esferas da gestão ambiental, a partir da educação, necessária para a conscientização da população em relação às intervenções que a mesma pode ter nesse processo. Deu como exemplo algumas populações tradicionais que conseguiram permanecer em seus territórios, a despeito do interesse da iniciativa privada no local. Disse achar muito importante trazer as comunidades para promover a gestão compartilhada do meio ambiente. Enfatizou a proposta feita durante seus informes de realizam de seminários.

**Joaquim (DF)** – Disse acreditar que vivenciamos uma situação complexa de indefinição que exige um pequeno histórico de como se deu a luta de classes a partir da segunda metade da década de 1980. Citou os debates travados dentro do PT sobre a política de aliança que o partido cogitava fazer com os chamados partidos pequenos burgueses (PCdoB e PSB), pois achava que esses partidos, ditos comunistas, defendiam os interesses dos trabalhadores e por isso supostamente seriam bem-vindos a essas alianças. Entretanto, os trabalhadores acreditavam que esses partidos defendiam os interesses da burguesia e, portanto o PT não deveria fazer alianças com eles. O movimento sindical estava nas mãos da CUT. Crescia uma casta dentro do PT e da CUT que estavam mais interessados em criar um processo democrático eleitoral ao invés de defender a luta de classes. Em 1989, o debate eclodiu com a candidatura de Lula, pois ele tinha inserção junto à classe operária, que acreditava que ele defenderia os interesses da classe. Em 1994, embora já com a análise de que o PT integrava a burguesia, não permitiu que a classe operária o apoiasse; não havia interesse de gerenciar o capital, mas de criação de uma sociedade com bases socialistas. Sendo assim, concluiu que não houve surpresa com o atual governo por conta disso, entendendo que apenas se cumpriu o prognóstico da classe. Afirmou que o movimento social ficou nas mãos desses partidos burgueses e por isso encontra-se “encabrestado” por eles, evitando que os companheiros de classe se colocassem contra as posições do governo. Disse que se antes dizíamos que o ICMbio demoraria pelo menos 1 ano para estar funcionando, hoje o prognóstico é outro, sendo necessário muito mais tempo para funcionar. Denunciou que as OSCIP’s já estão conseguindo a gestão compartilhada de UC’s, fazendo com que essas áreas passem a serem privatizadas, por meio de longas concessões de uso. Definiu o que está acontecendo no IBAMA como uma consequência da política que está sendo praticada no Governo Lula, de defesa dos interesses burgueses, do capital. Citou as análise de Maria Jorge Pádua sobre os atos do Sr. Capobianco nos últimos anos, a título de denúncia e de prenúncio dos

desmandos que começarão a ocorrer no ICMbio. Pediu o fortalecimento dos núcleos de acompanhamento, denúncia e avaliação das ações empreendidas pelo IBAMA, ICMbio e SFB e reiterou a proposta do Biriba (DF) sobre o jornal da ASIBAMA NACIONAL.

**Gisela (PE)** – Criticou a falta de padronização de procedimentos e da mudança contínua de dirigentes, implicando nas mudanças constantes de planejamento e demonstrando claramente as grandes probabilidades do novo instituto não funcionar. Acredita que a criação do ICMbio é fruto de um ciúme institucional do MMA, que gostaria de abarcar algumas atribuições que o IBAMA possui e o prestígio que adquiriu com a execução dessas atribuições com competência. Propôs que as atribuições dos servidores sejam padronizadas, enquanto IBAMA unificado, para que não fiquemos como marionetes nas mãos dos governos que entram e saem. Disse que devemos aproveitar o momento para tomar as rédeas da situação.

**Livino (DF)** – Disse que irá fazer uma análise centrada na diretoria de conservação de proteção integral do ICMbio. Acredita que após o trauma vem a oportunidade. Lembrou, que a decepção com o Senado foi tão grande, que impediu uma reação por parte dos servidores. Acredita que há 2 tendências para o novo instituto: ser muito decadente e ser muito imoral; e que não há como ele se manter sem a estrutura institucional do IBAMA. Afirmou que após a divisão instituída, devemos nos manter unidos como servidores, mas trabalhando em prol dos dois institutos

**Ana Maria (DF)** – Começou afirmando que as razões históricas que culminaram com a divisão do IBAMA já foram bem retratadas pelo Joaquim. Disse não haver critérios para acessar os cargos da administração pública. Cobrou não haver parecer conclusivo para a licença do Rio Madeira. Em seguida apresentou alguns encaminhamentos: estabelecer mecanismos de conversação, interação e integração dos servidores em suas respectivas áreas de atuação e engajamento efetivo na ASIBAMA NACIONAL; exigir a definição, localização e papéis das “unidades avançadas” do Ibama, das coordenações regionais, das SUPES e das Gerências Executivas do IBAMA, do ICMbio e do Serviço Florestal Brasileiro; encaminhar ao Senado Federal moção de solicitação para a instalação da CPI das ONG’s; elaborar e encaminhar documento técnico-político solicitando a rejeição da proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre gestão compartilhada de UC’s por OSCIP’s até que o Congresso Nacional decida sobre a questão das ONG’s; reiterar solicitação à Ministra Marina Silva posicionamento público sobre as razões pelas quais o Ibama e o ICMbio continuam sem presidentes; retomar e reativar a comissão do Parlamento para acompanhar, subsidiar e mobilizar os servidores do Ibama na discussão sobre o PLP 388/07, que dispõe sobre competências comuns, compartilhadas e exclusivas dos órgãos ambientais do SISNAMA; solicitar a direção do Ibama sobre sua interpretação jurídica (consulta a PGR e AGU) sobre o artigo 13 da Lei 11.516/07 e encaminhar à ASIBAMA NACIONAL cópia do regulamento ou do ato que dispõe sobre o órgão colegiado previsto naquela Lei; e exigir da ministra Marina Silva tratamento isonômico aos servidores da Carreira de Especialista em Meio

Ambiente e rechaçar com veemência a provável punição aos servidores do IBAMA redistribuídos ao ICMBio, incluindo as perda de gratificações.

**Jonas (DF)** – Disse que se sentiu traído pelo Presidente do IBAMA na criação do SFB e do ICMBio. Acredita que na luta contra a criação do SFB não houve mobilização suficiente para fazer frente ao desmonte. Para ele, ocorreu que com a morte da Irmã Dorothy, o governo precisou dar satisfação aos agentes internacionais. O SFB foi emplacado e os governantes aproveitaram-se da conjuntura para dividir o IBAMA. Usaram o argumento do entrave do PAC para justificar a divisão do Ibama. Afirmou que todos sabem que Capobianco representa ONG's capitalistas que se aproveitaram da situação para implementar o desmonte. Disse saber que a correlação de forças foi desigual no congresso, que não temos o poder da caneta para forçar decisões. Acusou o governo de “venderam a mãe” para aprovar a proposta. Disse que na verdade eles tinham medo de perder e adiaram a votação por várias vezes. Estávamos ganhando, mas Tasso Jereissati votou favorável após conversar ao telefone com Marina Silva. Acredita, porém, que fizemos nosso papel como servidores e não acha que fomos derrotados, apesar do insucesso. Devemos cobrar soluções destes gestores atuais para os problemas que eles mesmos criaram. Acha que não podemos nos responsabilizar pelos problemas criados pelos outros. Devemos, sim, fiscalizar o repasse de verbas e das ações. Disse ser importante mantermos a unidade acima de tudo. Que nossa obrigação é tentar construir e solidificar cada vez mais nossa união, pois daqui a pouco os governantes, que são egocêntricos, não conversarão mais, e poderão surgir novos entraves. Propôs uma organização única dos servidores da carreira de especialista e técnico em meio ambiente para manter a unidade, por meio da alteração do estatuto da atual ASIBAMA NACIONAL.

**Alessandra (RJ)** – Mostrou preocupação com as conseqüências ambientais das decisões políticas em relação ao licenciamento de petróleo e gás. Acredita que a facilitação para obtenção das licenças foi o motivo principal que deflagrou a divisão do IBAMA. Disse que o foco sempre foi o licenciamento. Apesar das aparências, acha que falta estrutura para a realização das atividades básicas da CGPEG. Criticou os rumos que podem vir a serem tomados com a criação do Conselho que terá responsabilidade técnica, administrativa e judicial sobre a emissão de licenças ambientais (“Emenda Palocci”). Novamente disse estar preocupada com a tentativa de descentralização do licenciamento de petróleo. Paulo (RN) interrompeu manifestando-se favoravelmente a descentralização das atividades de licenciamento. Alessandra (RJ) prestou esclarecimentos adicionais justificando a manutenção do sistema centralizado, reconhecendo que o trabalho com as pontas é realizado atualmente e é benéfico para todos, porém não é possível a descentralização de uma licença ambiental com o Estudo de Impacto Ambiental dividido em diversos pareceres de acordo com a localização do empreendimento.

**Thaís (RJ)** – Criticou a Ministra Marina Silva e sua turma, que servem a outros senhores. O fato de a divisão ter sido concretizada não pode minimizar toda nossa luta. Para ela, o MMA vai tentar agradar alguns servidores, mas devemos ficar atentos ao nosso objetivo para evitar que haja evasão de

servidores para os novos institutos. Acredita que o ICMbio não vai dar certo. Elogiou os novos servidores do IBAMA, que entraram para o órgão nos últimos concursos e hoje estão na vanguarda da luta contra o desmonte promovido pelo Governo Federal..

**Miriam (DF)** – Leu e comentou trechos do documento sobre conjuntura distribuído por ela aos participantes do Congresso. Criticou o Governo por implantar políticas de caráter neoliberal. Lamentou a falta de organização e de apoio dos Servidores Públicos, que obrigaram o Governo a fazer alianças com outros partidos. Defendeu a unidade dos trabalhadores do IBAMA, ICMbio e SFB. Enfatizou a necessidade de nos organizarmos juntamente com outras categorias, a fim de mudar o coletivo, para mudarmos a sociedade. Comentou que poucos servidores se interessavam e participavam das lutas anteriores à luta contra a divisão do IBAMA. Lamentou a dificuldade de elegerem delegados para o Congresso da CONDSEF. Por fim, Conclamou todos os servidores a resistirem na luta.

**Silvia (RJ)** – Comentou sobre a atual “crise civilizatória”, na qual os modelos e instituições esgotaram seu papel histórico. Lamentou a dificuldade de discussão sobre a construção de novas instituições. Reforçou a necessidade de se estabelecer um diálogo permanente com o meio acadêmico. Falou da necessidade de união com outras instituições, mas indagou se outros servidores do ICMbio, SFB e MMA querem também esta união. Quer saber se existe realmente consenso entre os grupos. Questionou sobre como está sendo feita a aproximação entre os interessados. Sugeriu que a ASIBAMA procure formas de arrecadação de recursos complementares – fundo de greve – e assessoria jurídica para se ter um movimento mais hegemônico entre os estados em caso de greve.

**Cláudio (PE)** – Criticou os rumos tomados atualmente pelo movimento sindical que acaba não auxiliando nas lutas dos Servidores. Discordou enfaticamente das políticas adotadas pelo Governo Lula. Afirmou que nossa luta é contra o sistema capitalista. Que dividiram o IBAMA não só para poderem passar a gestão das Unidades de Conservação para as ONG’s, mas principalmente para que estas parassem de incomodar o Licenciamento. Disse que o PAC nada mais é do que uma série obras, incentivadas pelo setor produtivo para enriquecer os grandes empresários. Também acredita que a divisão do IBAMA tem o intuito de acabar com a Educação Ambiental para que poucas ONG’s realizem as atividades neste setor.

**Alfredo (RJ)** – Criticou a CUT. Comentou sobre o SFB, que atribui as atividades de fiscalização para o IBAMA, mas sem os recursos necessários. Disse querer saber aonde o governo quer chegar após a divisão. Denunciou a atuação dos órgãos ambientais estaduais do Rio de Janeiro, citando as facilidades para a implantação de indústrias petroquímicas na Baía de Guanabara. Denunciou o que ocorreu na Lagoa da Tijuca, na Barra da Tijuca. Questionou as ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Cobrou do IBAMA sobre a “Operação Euterpe” que prendeu 29 servidores e não houve nenhuma renovação do quadro de servidores, apesar das promessas da administração central. Denunciou a ONG Onda Azul que recebeu recursos para

recuperar áreas de manguezais degradados, apesar de não possuir experiência nesta atividade. Criticou a administração do PT regional e sua política ambiental, onde no seu entendimento, a nomeação do Superintendente serviu apenas para atender aos interesses políticos locais. Por fim, criticou as ações que não melhoram a gestão e a proteção das unidades de conservação.

Após as intervenções acima foi efetuada uma compilação de todas as propostas apresentadas, sendo estas levadas separadamente para apreciação da plenária.

## **VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS DURANTE AS INTERVENÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE CONJUNTURA**

### **Propostas apresentadas por Biriba (DF):**

– Manter e reforçar a pauta de reivindicações dos servidores do Ibama. **APROVADA**

– Fortalecer o sistema de comunicação e criar o jornal da ASIBAMA NACIONAL independente, crítico e voltado para a mobilização das lutas. **APROVADA**

– Unificar a ASIBAMA que represente todos os servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente. **RETIRADA PARA SER APRESENTADA COMO ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

– Capacitar lideranças para substituir as que estão saindo. **APROVADA**

– Montar grupos de análise de conjuntura permanente dentro das unidades do IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro e Ministério do Meio Ambiente. **APROVADA**

### **Proposta apresentada por Joaquim (DF):**

– Reforçar os núcleos de acompanhamento, denúncia e avaliação das ações empreendidas pelo ICMBio, IBAMA e SFB. **APROVADA**

### **Propostas apresentadas por Ana Maria (DF):**

– Estabelecer mecanismo de conversação, interação e integração dos servidores em suas respectivas áreas de atuação e engajamento efetivo na ASIBAMA NACIONAL. **APROVADA**

– Exigir a definição, localização e papéis das “unidades avançadas” do Ibama, das coordenações regionais, das SUPES e das Gerências Executivas do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro. **APROVADA**

– Encaminhar ao Senado Federal moção de solicitação para a instalação da CPI das ONG's. **APROVADA POR UNANIMIDADE**

– Elaborar e encaminhar documento técnico-político solicitando a rejeição da proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre gestão compartilhada de UC's por OSCIP's até que o Congresso Nacional decida sobre a questão das ONG's. **APROVADA**

– Reiterar solicitação à Ministra Marina Silva posicionamento público sobre as razões pelas quais o Ibama e o ICMBio continuam sem presidentes. **APROVADA POR UNANIMIDADE**

– Retomar e reativar a comissão do Parlamento para acompanhar, subsidiar e mobilizar os servidores do Ibama na discussão sobre o PLP 388/07, que dispõe sobre competências comuns, compartilhadas e exclusivas dos órgãos ambientais do SISNAMA. **APROVADA**

– Denunciar e confrontar os atos administrativos das autoridades nos órgãos ambientais federais executores da PNMA, especialmente aos leilões de Florestas Públicas. **CONTEMPLADA PELA PROPOSTA DO JOAQUIM (DF) JÁ APROVADA**

– Solicitar a direção do Ibama sobre sua interpretação jurídica (consulta a PGR e AGU) sobre o artigo 13 da Lei 11.516/07 e encaminhar à ASIBAMA NACIONAL cópia do regulamento ou do ato que dispõe sobre o órgão colegiado previsto naquela Lei. **APROVADA**

– Exigir da ministra Marina Silva tratamento isonômico aos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e rechaçar com veemência a provável punição aos servidores do IBAMA redistribuídos ao ICMBio, incluindo as perda de gratificações. **APROVADA POR UNANIMIDADE**

#### **Propostas apresentadas por Beth Uema (DF):**

– Ratificar a Carta Aberta sobre a situação da Educação Ambiental nos dois Institutos e encaminhamento como resolução do Congresso. **APROVADA**

– Cada um dos delegados deverá levar a proposição para os colegas dos estados e angariar apoio para que assinem a petição *on line* no site da ASIBAMA. **APROVADA**

#### **Proposta apresentada por Rômulo (CE):**

– Realizar seminários estaduais para discutir as atribuições dos Institutos. **APROVADA**

#### **Proposta apresentada por Miriam (DF):**

– Unificar as lutas dos servidores dos Institutos com os servidores da categoria e demais trabalhadores. **APROVADA**

#### **Proposta apresentada por Sílvia (RJ):**

– Estabelecer um diálogo permanente com instituições científicas e acadêmicas. **APROVADA**

– Criar um fundo de greve a ser gerido pela ASIBAMA NACIONAL com o propósito de resguardar recursos financeiros para necessidades eventuais decorrentes de campanhas salariais. **RETIRADA PARA SER APRESENTADA COMO ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

Após finalizar a votação de todas as propostas apresentadas a mesa suspendeu os trabalhos às 19h00min, ara que os participantes pudessem Jantar anunciou sua retomada às 19h45min.

Pontualmente, a mesa foi recomposta, iniciando-se em seguida uma palestra do advogado da ASIBAMA NACIONAL, Diego Vera, sobre o seguinte tema:

### **III) IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ADVINDAS DA MP 366/07**

O advogado fez um relato da greve, sob o ponto de vista jurídico, quando seu escritório foi contratado para entrar com o Mandato de Segurança e posteriormente com uma Ação Ordinária contra o corte de ponto. Disse que os magistrados não acreditavam que aquela não era uma greve que envolvia questões salariais e que a maioria acreditava que existiam interesses escusos por trás do movimento grevista.

Sugeriu que, em uma próxima greve, houvesse um maior trabalho de propaganda junto ao Poder Judiciário, através da distribuição de folhetos explicativos, jornais e de outros meios de comunicação que possam atingir esta classe, a partir da inserção de servidores nas varas dos fóruns.

Ressaltou que para o Termo de Compromisso firmado entre representantes dos servidores, do IBAMA e ICMBio foi sugerido que o mesmo fosse firmado com urgência pois a liminar que proibia o corte de ponto havia sido derrubada e os servidores estariam mais fragilizados ainda, pois passaram a estar desprotegidos juridicamente.

Nesse momento, para atuar juridicamente, disse que sugere duas abordagens: 1. abordar e proteger a questão salarial e 2. ações de visibilidade à sociedade, como por exemplo, denúncias sobre perseguição funcional, atuação de ONG's na esfera do poder público, falta de condições de trabalho e de recursos, etc. Acredita que desta forma teríamos o Poder Judiciário do nosso lado.

Com relação à MP 366/07 disse que claramente há vício grave de inconstitucionalidade. Ela precisaria de um parecer de uma comissão mista e esse rito, determinado pela Constituição Federal de 1988, não foi obedecido. Propôs impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), pois o Juiz não efetuou seu julgamento por perda do objeto, sem nunca alegar que não havia mérito nos argumentos interpostos. Acredita que estes argumentos são muito fortes.

Esclareceu, que individualmente cada servidor pode, ainda, impetrar ação contra a administração pública, quando se sentir atingido por força da lei decorrente da MP 366/07, pois esta mantém o vício da inconstitucionalidade. Como exemplo, relatou um caso de jurisprudência que tinha como justificativa a inconstitucionalidade de uma norma, porém desde que este não seja o pedido da ação.

Alegou ser necessário um controle dos processos nos quais estamos envolvidos, devendo cada estado saber se está contemplado ou não em determinado processo, e sempre transmitir aos demais quais ações estão sendo impetradas e o seu grau de abrangência.

Recomendou a criação de uma rede de comunicação de teses jurídicas para divulgar teses entre os advogados e assim aperfeiçoar e facilitar a defesa dos servidores a partir do compartilhamento de argumentos.

Atestou que outro objetivo de se ter um amparo jurídico, é o de abrir um canal de comunicação de emergência, em caso de necessidade da tomada de decisões drásticas por parte do servidor. Como exemplo, a necessidade de uma remoção de lotação, ou de não execução de uma tarefa sem os meios necessários para tal, etc. Isso poderá evitar ou subsidiar a defesa do servidor no caso da abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). A responsabilidade do Estado sempre é objetiva e jamais pode expor o servidor.

Esclareceu que as questões relativas à insalubridade poderiam ser objetos de uma ação dos servidores do IBAMA, que após a perícia e comprovação, poderia ser decretada para todo o coletivo. Segundo ele, é fácil conseguir provas para decretar a insalubridade. Hoje, no cenário nacional, muitos juízes alegam que os servidores públicos não podem se aposentar mais cedo por motivo de insalubridade, isto porque a Lei nº 8112/90 não possui a tabela que contém a CLT para basear os cálculos de aposentadoria nesses casos. Avisou que esta perícia somente deverá ser realizada por um Perito independente.

Por fim, reiterou a importância de conquistarmos o apoio da sociedade para nossas reivindicações e assim influenciarmos as decisões judiciais em nosso favor.

Após a explanação do advogado e devido ao adiantado da hora, a plenária decidiu não abrir para perguntas. Aqueles que sentissem necessidade de algum esclarecimento deveriam procurar o advogado durante os outros dias do Congresso que este estaria à disposição.

Assim sendo, a mesa considerou os trabalhos do dia de hoje encerrados às 20h45min, devendo ser retomados amanhã a partir da 8h00min.

O presente relatório foi lavrado pelos Analistas Ambientais Alessandra Fontana – CGPEG/IBAMA-RJ, Daniel Vilela – SUPES/MG e Carlos Eduardo Martins Silva – CGPEG/IBAMA-RJ e pelo assessor de imprensa da ASIBAMA Nacional André Diniz. Tamandaré - PE, 27 de setembro de 2007.

## **I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES DO IBAMA**

### **PLENÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO**

A plenária teve início às 8h50min, com a mesa sendo formada por um representante de cada região do país – Tatiana (RO), Biriba (DF), Margarida (SP), Rômulo (CE), Sérgio (SC) – e novamente presidida por Cláudio (PE), todos indicados pela plenária.

Washington (BA) propôs que se iniciassem os trabalhos com o retorno do advogado à plenária para responder perguntas da palestra proferida no dia de ontem.

Tatiana (RO) fez uma contraproposta de que as pessoas formassem por escrito enquanto se procedia à votação das alterações estatutárias previstas na pauta.

### **IV- ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASIBAMA NACIONAL**

Foram abertas as inscrições e o presidente da mesa solicitou que fosse realizada a leitura completa do estatuto.

Joaquim (DF) propôs que não fosse feita a leitura toda e sim fossem lidos apenas os artigos onde houvessem alterações encaminhadas espontaneamente pelos membros da plenária.

Como não houve acordo sobre esta questão de encaminhamento foram à votação duas propostas: Proposta 1 – defendida pela mesa que propôs a leitura completa do estatuto, com discussão e votação posterior dos destaques apresentados; e Proposta 2 – defendida por Joaquim (DF) de se ler apenas os artigos que tivessem propostas de alteração encaminhada pela plenária.

#### **PROPOSTA 1 APROVADA**

Procedeu-se então a leitura do estatuto sua conseqüente aprovação com os destaques sendo votados em separado.

A plenária decidiu iniciar as votações pelas propostas de alterações trazidas pela Diretoria da ASIBAMA NACIONAL e, posteriormente, votar outros destaques apresentados pela plenária.

Assim sendo, Flávio (ES) realizou a leitura do documento protocolado, em anexo, com as 5 propostas de emenda feitas pela ASIBAMA NACIONAL.

Gisela (PE) pediu que esclarecessem se o Conselho Nacional já fora eleito. A mesa esclareceu que o mesmo será eleito através das assembléias realizadas pelos estados.

## **Emendas apresentadas pela Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL**

### **1. Substitutiva Global**

Joaquim (DF) fez um destaque em cima da proposta de Substitutiva Global apresentada pela ASIBAMA NACIONAL que propõe substituir ao longo de todo estatuto as referências a “Servidores do IBAMA” por “Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA” Propôs incluir no texto uma referência aos trabalhadores temporários.

Miriam (DF) apoiou a proposta de adição apresentada por Joaquim (DF), mas achou que deveríamos também acrescentar os servidores terceirizados.

Rômulo (CE) e Biriba (DF), por sua vez, defenderam a manutenção da proposta da Diretoria sem alterações.

Colocou-se em votação a alteração apresentada pela Diretoria da ASIBAMA NACIONAL (Proposta 1), com a adição dos temporários apresentada por Joaquim (Proposta 2) e com a adição de temporários e terceirizados apresentada por Miriam (Proposta 3). **PROPOSTA 1 APROVADA**

### **2. Substitutiva**

A Segunda proposta apresentada pela ASIBAMA NACIONAL indicava a substituição do nome do “Diretor de Integração e Mobilização Interna” para “Diretor de Integração e Mobilização”. **APROVADA**

### **3. Substitutiva**

Alteração do Art. 45 que ficaria com a seguinte redação: “A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal dar-se-á por meio de chapas independentes, sendo realizadas na mesma data”. **APROVADA**

### **4. Substitutiva**

Alteração do Art. 67 que passaria a ter a seguinte redação: “O primeiro Conselho Nacional será eleito excepcionalmente através de assembléias nas Unidades da Federação. §1º - Poderão candidatar-se ao cargo de conselheiro estadual e distrital apenas os associados das entidades locais/estaduais e a distrital dos servidores da carreira de Especialistas em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. § 2º - O mandato do primeiro Conselho Nacional encerrar-se-á na mesma data do término do mandato da primeira Diretoria Executiva.”

Vera (SP) apresentou destaque para esta substitutiva pedindo que o caput do Art. 67 não defina que o primeiro conselho seja eleito por assembleias estaduais, mas sim que cada estado definirá sua melhor forma de eleição.

Assim sendo, não havendo consenso, colocou-se em votação a alteração apresentada pela Diretoria da ASIBAMA NACIONAL (Proposta 1) e a alteração apresentada pela Vera (Proposta 2). **PROPOSTA 1 APROVADA**

## **5. Aditiva**

Adicionar o Art. 69. que teria a seguinte redação: “O primeiro Conselho Fiscal será eleito no 1º Congresso Extraordinário de Servidores e encerrará seu mandato na mesma data que a primeira Diretoria Executiva”.

Genildo (SE) apresentou destaque propondo que o mandato do conselho fiscal continuasse por 1 ano após o término do mandato da diretoria, para que este possa fiscalizar duas gestões diferentes.

A proposta foi considerada prejudicada em virtude da aprovação da alteração do Art. 45. Emenda aprovada por maioria de votos.

Assim sendo votou-se apenas o Art. 69 conforme proposto pela Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL. **APROVADO**

Seguiram-se outros destaques e propostas de emendas apresentadas pela plenária:

A mesa apresentou proposta de Substitutivo Global com a substituição das referências ao IBAMA no estatuto por órgãos executores da PNMA no âmbito federal e MMA. **APROVADO**

Gisela (PE) propôs a mudança do nome da associação, pois acredita que o nome de ASIBAMA não atrairia os servidores dos demais órgãos. Sugeriu o nome de Associação Nacional de Servidores Especialistas em Meio Ambiente (ANEMA).

Grahal (DF) esclareceu que o nome já foi alterado, permanecendo apenas a sigla ASIBAMA.

Gisela (PE) manteve sua proposta solicitando, então, a modificação da sigla também.

Eric (MMA) defendeu a proposta de mudança da sigla, por acreditar que seria razoável para que a associação atinja os demais órgãos.

Jonas (DF), Joaquim (DF) e Vera (SP) defenderam a manutenção da sigla, principalmente, por acreditarem na consolidação que esta sigla já apresenta junto à sociedade e aos servidores em geral..

Rômulo (CE) propôs que se mantenha a sigla, porém que fosse modificado o nome para Associação dos Servidores dos Institutos Brasileiros da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, o que permitiria que a sigla fosse a mesma.

Livino (DF)– defendeu a proposta de mudar o nome para poder manter a sigla, concordando com a proposta apresentada por Rômulo (CE).

A mesa esclareceu que o nome da associação já havia sido aprovado através da primeira substitutiva global e que, portanto, uma nova votação estaria prejudicada. Assim considerando, encaminhou como proposta 1 a manutenção da sigla ASIBAMA e como proposta 2 a modificação da sigla. **PROPOSTA 1 APROVADA**

Joaquim (DF) propôs a supressão do § 2º do artigo 22 alegando ser esta uma cláusula autoritária e antidemocrática.

Rômulo (CE) defendeu sua manutenção em virtude de ser uma prática necessária.

Alessandra propôs a modificação do § 2º que passaria a ter a seguinte redação: “Os delegados eleitos deverão levar as deliberações aprovadas nas assembleias que os elegeram”, sem que com isso tenham que comprometer sua participação ou posições pessoais contrárias.

Miriam (DF) propôs a uma adição ao § 2º na qual os delegados devem observar as deliberações majoritárias da assembleia estadual e poderão levar também as decisões minoritárias que tenham no mínimo 10% de aprovação.

Joaquim (DF) retirou sua proposta de supressão, passando a defender a posição de Miriam (DF).

Cláudio (PE) defendeu que este assunto não deve ser tratado no estatuto, sendo uma questão puramente ética.

Carlos (RJ) concordou com Cláudio (PE) e pediu que a proposta de supressão fosse mantida.

A mesa encaminhou a seguinte votação após as intervenções: como proposta 1 a supressão do § 2º do Art. 22 e como proposta 2 a manutenção deste artigo. **PROPOSTA 2 APROVADA**

Carlos (RJ) esclareceu que mesmo com a manutenção do parágrafo as assembleias estaduais são os fóruns deliberativos máximos em cada estado e que qualquer decisão sobre como estas se farão representar depende única e exclusivamente delas. Sendo assim, ficaria resguardado o direito de cada assembleia estadual definir de que forma se fará representar.

Em seguida foram encaminhadas as propostas substitutivas e/ou aditivas: como proposta 1 ficaria a defendida por Rômulo (CE) pela manutenção integral do texto original; como proposta 2 a defendida por Miriam e Joaquim (DF) na qual os delegados

deverão observar as deliberações majoritárias da assembléia estadual e poderão levar decisões que tenham no mínimo 10% da aprovação da categoria; e por fim, como proposta 3 a defendida por Alessandra (RJ) na qual os delegados deverão levar as deliberações aprovadas nas Assembléias que os elegeram. **PROPOSTA 1 APROVADA**

Intervalo para café – 10h40 às 11h00.

No retorno aos trabalhos Miguel Propôs a supressão do Art. 41, em decorrência da alteração aprovada para o artigo 45, pois o artigo 41 fere o deliberado pela plenária. **APROVADA**

A Mesa propôs que a assessoria jurídica faça as alterações pertinentes, necessárias à adequação do estatuto em virtude das modificações propostas e aprovadas, confrontando os artigos que porventura vierem a apresentar contraditório entre si. **APROVADO POR UNANIMIDADE**

Thaís (RJ) propôs que seja incluída no texto do estatuto a forma de contribuição, delimitando o percentual a ser determinado. Não houve consenso quanto a levar esta proposta à votação.

Jonas (DF) propôs que qualquer discussão sobre a modificação na forma de contribuição para a ASIBAMA NACIONAL se dê no próximo Congresso Nacional Ordinário, que ocorrerá no ano que vem.

Carlos (RJ) concordou com Jonas (DF), mas esclareceu que nada impede que as ASIBAMA's dos estados deliberem em suas assembléias por percentuais de contribuição a ASIBAMA NACIONAL. Pelo contrário, desde já deveriam começar esta discussão para que no próximo ano já tenhamos com maior clareza a disposição e condições de cada estado em contribuir com a organização nacional.

Sílvia (RJ) apresentou a proposta da criação de um fundo de greve, levantada na plenária de ontem, que gostaria de ver incluída no estatuto, se aprovada.

Jonas (DF) defendeu contra a proposta, pois a assembléia é soberana para decidir como o dinheiro da arrecadação deve ser utilizado, inclusive para finalidade de greve, então não haveria necessidade da previsão de um fundo de greve.

Sílvia (RJ) retirou a proposta e deixou apenas como recomendação para que isto seja discutido em cada estado e para que possa haver um melhor convencimento para o próximo Congresso Ordinário.

Finalizou-se desta maneira a redação do novo estatuto da ASIBAMA NACIONAL com as seguintes modificações:

- Aprovadas todas as 5 emendas propostas pela Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL;

- Aprovado Substitutivo Global para todas as referências ao IBAMA no estatuto por órgãos executores da PNMA no âmbito federal e MMA;
- Aprovada a manutenção da sigla ASIBAMA;
- Aprovada a supressão do Art. 41.

Miriam (DF) lembrou que ficara pendente sua solicitação de aprovação do texto que a mesma havia apresentado sobre análise de conjuntura na plenária de ontem. Após muita discussão e diversas manifestações contrárias ao texto e até mesmo à votação, chegou-se ao consenso com a retirada do pedido de aprovação, passando o texto apenas como uma contribuição pessoal da companheira ao Congresso, sem que o mesmo reflita o posicionamento desta plenária.

Logo após, o advogado da ASIBAMA NACIONAL se incorporou à mesa para responder às perguntas formuladas pela plenária na noite anterior. Esclareceu que a maioria das questões girou em torno do assunto insalubridade e explicou como fazer o pedido de insalubridade, primeiramente à administração pública e posteriormente via judicial, necessitando de perícia quando solicitada via judicial.

A periculosidade por sua vez possui definição legal das profissões que têm essas características. Por isso, acredita ser mais fácil discutir e provar a insalubridade, tendo em vista que não há definição das profissões em previsão normativa e, portanto, pode ser objeto de prova. Quando decretada a insalubridade, as verbas devidas são retroativas até 5 anos pretéritos, quando o servidor tiver cumprido a mesma função, decretada perigosa, nesse período, mesmo que na atualidade já esteja exercendo outra função.

Esclareceu à plenária sobre a nomeação interina dos presidentes do IBAMA e do ICMbio, afirmando que caberia um questionamento jurídico sobre estas.

Disse da necessidade de um acompanhamento das ações movidas e vitoriosas em cada estado para que as mesmas possam ser reivindicadas e interpostas nos demais.

Por fim, discorreu sobre diversas ações em andamento para esclarecimento da plenária.

A mesa declarou suspensa a plenária para o almoço às 12h40min com retorno previsto para as 15h00min.

No retorno às 15h10min o Presidente da mesa Cláudio (PE) teve que se ausentar passando a função para Rômulo (CE).

## **V) DISCUSSÃO SOBRE ACORDOS ASSINADOS E NÃO CUMPRIDOS PELO GOVERNO**

Jonas (DF) passou um informe sobre o cumprimento ou não dos acordos por parte do governo Federal. Falou que a Comissão paritária para discutir sobre a carreira de especialista em meio ambiente foi criada em 2005 e que o relatório entregue no fim do ano com todos os pontos discutidos. Em 2006 a Ministra

Marina Silva enviou ao planejamento o Aviso Interministerial Nº 43 no qual solicitava o encaminhamento dos seguintes pontos consensuais:

- Realinhamento da tabela dos servidores de nível médio;
- gratificação ambiental;
- gratificação de localidade (para áreas inóspitas que seriam posteriormente definidas);
- gratificação de titulação.

E dos seguintes pontos onde o consenso não foi obtido:

- Reposição das perdas salariais - 2002 a julho de 2005 - 38,83% de reajuste na tabela;
- criação do cargo de fiscal ambiental federal

Porém, confirmou que até hoje o MPOG nada fez sobre nenhuma destas questões, mesmo as consensuais com o MMA.

Esclareceu que o relatório da comissão ainda incluía os aposentados na carreira de especialista do meio ambiente, sendo parcialmente resolvido através do PECMA

## **VI) ATUALIZAÇÃO DA PAUTA DA MESA SETORIAL**

Grahal (DF) propôs que seja solicitada à administração, a instauração de uma nova comissão para tratar dos assuntos de Recursos Humanos nos dois institutos. Apresentou portanto a seguinte proposta a ser encaminhada para votação:

- Reinstalação da comissão de elaboração de política de recursos humanos para a carreira de especialista de meio ambiente dos dois institutos, observando as especificidades de cada um deles.

**APROVADA**

Ana Maria (DF) ao falar sobre estruturação da carreira, levantou a questão da transformação dos cargos de auxiliar e técnico ambiental em analistas ambientais. A vacância poderia ser preenchida por meio de concurso, mas isso não ocorreu, pois hoje há quase 2.000 vagas de analista ambiental não preenchidas. Criticou também os cursos de capacitação que são realizados atualmente. Na proposta que estava sendo discutida na comissão instaurada para política de gestão de pessoas, previa-se que 1% da arrecadação do IBAMA deveria ser destinado à capacitação contínua de pessoal. O que em nenhum momento ocorreu. Sobre a avaliação de desempenho institucional, avalia que deveremos tentar incorporar a gratificação ao vencimento básico em contrapartida ao não cumprimento do acordo pelo Governo Federal..

Jonas (DF) esclareceu que Ana Maria foi eleita para representar os servidores no CAD em assembléia da ASIBAMA-DF, pois na época não havia a ASIBAM NACIONAL, porem assim que esta última foi criada, seu nome foi ratificado no primeiro Congresso.

Alberto (BA) Apresentou os problemas enfrentados pela fiscalização com a enxurrada de ações para derrubar autos de infração que praticamente ignoram o papel de fiscal do analista ambiental. Disse que ate o momento a direção do IBAMA nada fez em relação a este fato. Apresentou as seguintes propostas que foram encaminhadas à votação:

- Realização de um seminário nacional de fiscalização. **APROVADA**
- Ratificar a proposta de reivindicação da criação do cargo de fiscal ambiental federal nos dois institutos. **APROVADA**

Gisela (PE) se absteve e pediu para declarar o voto. Acha melhor que estas propostas saiam do seminário;

Alfredo (RJ) também se absteve e pediu para declarar o voto, pois gostaria de conhecer melhor os critérios e atribuições deste cargo antes de ter uma definição.

- Garantias legais para maior segurança no exercício da função de fiscalização (periculosidade, insalubridade, seguro de vida). **APROVADA**
- Realização de concurso público para suprir quadro atual de fiscais. **PREJUDICADA EM VIRTUDE DA CARREIRA NÃO EXISTIR**
- Capacitação em processo continuado. **APROVADA**
- Adequação ao quadro das funções diversas: técnico ambiental, técnico administrativo, analista ambiental e administrativo, como em outras carreiras. **RETIRADA PELO AUTOR**
- Garantir que os servidores da carreira de especialista em meio ambiente, credenciados para o exercício da fiscalização ambiental removidos para o ICMBio mantenham as prerrogativas para atuar como fiscais, e àqueles que foram aprovados no curso de formação de fiscais ambientais e ainda não foram incluídos na portaria de credenciamento sejam dadas as referidas prerrogativas por meio de instrumentos legais pertinentes. **APROVADA**

Grahal (DF) propôs que retorne à pauta a realização de um seminário para discutir as questões relacionadas aos servidores e a função de fiscalização. Discorreu sobre as perdas salariais de quase 50% e do fato da tabela de progressão da carreira não ter tido nenhum reajuste desde a criação. Apresentou as seguintes propostas que foram encaminhadas à votação:

- Rechaçar qualquer declaração do MMA referente a reajustes que não se referem à realidade da carreira. **APROVADA**
- Colocar como primeiro item da pauta de reivindicações a correção da tabela da carreira. **APROVADA POR UNANIMIDADE**
- Atualizar os índices de perda salarial de 2002 a 2007. **APROVADA POR UNANIMIDADE**

Joaquim (DF) falou que a discussão do grupo de trabalho da reestruturação levou para a ministra a questão do reajuste, e que isto não foi levado em conta. Como essas negociações são realizadas por meio das mesas setoriais, para o governo concordar com a implementação das mesas setoriais fica claro o sinônimo de enrolação. Com o acordo firmado Durante a greve, ficou combinado que seriam reativadas as mesas setoriais. Propõe, portanto, que seja exigido o cumprimento desse acordo na implementação das mesas.

Miriam (DF) propôs uma fusão de todas as propostas que vêm sendo levantadas há muito tempo, como plano de lutas. Apresentou uma lista de propostas:

- Reposição das perdas inflacionárias das tabelas da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA; - **CONTEMPLADA POR PROPOSTA DO ALBERTO (BA)**, devendo adicionar à Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, conforme relatório da Comissão Instituída pela Portaria Interministerial de 03.02.2004; **APROVADA**
- Instituição de gratificação de atividade ambiental de 5 a 20% incidentes sobre o vencimento básico do servidor, nas condições a serem fixadas em regulamento enquanto estiver o servidor em efetivo exercício em unidades descentralizadas dos Institutos e SFB de difícil acesso e inóspitas. **APROVADA**
- Criação de adicional de qualificação e gratificação de atividade ambiental para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de acordo com a proposta da Comissão de Reestruturação; **APROVADA**
- Realinhamento das tabelas de níveis médio e auxiliara, visando corrigir distorções; **APROVADA**
- Lutar pela equiparação da gratificação concedida à Agência Nacional de Águas (ANA) a todos os servidores da Carreira de Especialista de Meio Ambiente, criada pela Lei Federal Nº. 10.410/02 e do PECMA; **REJEITADA**
- Tomar medidas para revisão do Termo de Opção do PECMA, que implica em renúncia de ações judiciais; **APROVADA**

- Promover ações para enquadramento de 700 aposentado-pensionistas enquadrados de forma indevida no PECMA (aposentados antes da Lei 8.112/90); **APROVADA**
- Tomar medidas para alterar a Lei do PECMA que impôs uma redução na gratificação dos aposentados: de 50% para 30%. **APROVADA**
- Alteração do Decreto Federal N° 4293/02, que regulamentou o parágrafo 1° da Lei Federal n° 10410/02, com vistas à transformação dos cargos de Analista Administrativo e Técnico Administrativo em Analista Ambiental e Técnico Ambiental, respectivamente; **APROVADA**
- Estruturação do Plano de Carreira do especialista em meio ambiente dos Institutos e SFB vinculado a uma política de capacitação e valorização dos servidores da carreira de especialista em meio ambiente (capacitações continuadas); **APROVADA**
- Acrescentar os percentuais (3,17% e 3,5%) à tabela da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, índices estes que foram concedidos aos servidores federais em 2002; **APROVADA**
- Concessão imediata dos adicionais por insalubridade, periculosidade e penosidade a todos os servidores dos Institutos e SFB que fizerem jus; Viabilização institucional de seguro acidente de trabalho para todos os servidores da carreira de especialista em meio ambiente dos Institutos e SFB; **APROVADA**
- Garantia de progressão e promoção funcional aos servidores alcançados pela Lei Federal N°. 10410/02, (explicação da relatoria: para resguardar servidores que entram após época da projeção) **APROVADA**
- Garantia a todos os servidores da carreira de especialista em meio ambiente dos Institutos e SFB de um plano de saúde que realmente atenda suas necessidades, em nível nacional, com o respectivo aumento da contrapartida do governo; **APROVADA**
- Repúdio às perseguições políticas aos servidores; **APROVADA**
- Fim da política de terceirização e das contratações temporárias, com abertura imediata de concurso público. Não realização de concursos públicos para contratações temporárias; **APROVADA**
- Auditoria de todos os contratos de prestação de serviços em andamento e futuros para conferir transparência aos processos); **APROVADA**
- Contagem do tempo de serviço em órgão público federal, dos servidores abrangidos pela Portaria N°. 542/93-P, de 16 de abril de 1993, com vistas ao reenquadramento na Carreira de Especialista em Meio Ambiente (IBAMA) e na Carreira de Ciência e Tecnologia (Jardim Botânico); **APROVADA**

- Exigir transparência dos convênios firmados com organizações não-governamentais e dos tratados internacionais firmados pelo Ministério do Meio Ambiente; **APROVADA**
- Reajuste imediato do valor das diárias, levando em conta a inflação acumulada (INPC), sem diferenciação para servidores de nível auxiliar, médio e superior. **APROVADA**

Marcela (AP) propôs que fosse analisada, no âmbito da Comissão de Recursos Humanos, a situação do desvio de função dos vigilantes patrimoniais nas Unidades de Conservação, com o objetivo de levantar propostas e estratégias, para que o quadro da instituição contenha profissionais que exerçam funções tais como piloto fluvial e mateiro. Proposta final após nova redação:

- Solicitar com urgência a coordenação geral de recursos humanos da DIPLAN a edição de portaria definindo a atribuição/descrição dos cargos da carreira de especialista em meio ambiente, especialmente os cargos de auxiliares e técnicos ambientais. **APROVADA**

Carlos (RJ) afirmou ser categoricamente contra a participação nas mesas setoriais, criadas pelo Governo Federal para enrolar a categoria e dividir os servidores de sua luta conjunta. Não entende por que a retomada das mesas setoriais fez parte dos termos de compromisso assinados para o encerramento da greve. Deixou claro que o caminho é através da mobilização dos servidores em luta e não participando de mesas de negociação fictícia com a participação do Governo e de entidades sindicais dirigidas por “pelegos” e “governistas” como é o caso da CONDSEF e do SINDSEF/DF, ambos filiados a CUT e que cumprem o papel de aliados do governo e não de representantes da classe trabalhadora. Acredita que o momento é de fortalecer as ASIBAMAS estaduais, criando onde elas não existem e apoiando aonde ela se encontra fragilizada. Desta forma fortaleceremos a ASIBAMA NACIONAL, financeiramente pelo repasse das contribuições dos servidores e, principalmente, politicamente.

Biriba (DF) disse que a partir de agora temos que iniciar a luta para a correção da tabela. Propôs começarmos a preparar um ambiente, que não deve ser para greve, mas para difundir a idéia da necessidade de se exigir uma reparação das perdas salariais. Apresentou a seguinte proposta que foi encaminhada para votação:

- Preparar uma campanha para correção da tabela de reajuste buscando criar as condições subjetivas para a realização concreta de movimentos de reivindicação salarial. Passos a serem cumpridos: i) colocação de faixas nas ruas e em lugares de grande movimento; ii) produzir adesivos a serem colocados em carros e veículos com mensagens acerca de nossas reivindicações; e iii) iniciar contatos no Congresso Nacional com parlamentares que possam vir a apoiar a luta dos servidores da carreira de meio ambiente. **APROVADA**

Austrele (RN) solicitou esclarecimentos sobre o requerimento de uma colega solicitando transferência para o ICMBio, cujo chefe diz não ter capacidade institucional para efetivar a transferência nesse momento e sobre dois servidores que ficaram sem avaliação e não receberam até agora a gratificação retroativa aquele período.

A mesa esclareceu que os Superintendentes estão abertos a negociações de troca de servidores, bem como o chefe da CGREH em ratificar, mas não cederá servidor sem receber outros de volta. Acreditam que haverá possibilidade de acordo antes da publicação da próxima lista de lotação dos servidores no ICMBio.

Paulo Roberto (RN) questionou sobre a transferência entre os institutos. Quer saber se quem não quer ir para o ICMBio também está podendo optar como aqueles que querem ir.

A mesa esclareceu que não está aberta opção para o servidor escolher, atualmente é definido conforme a atuação e lotação dos mesmos.

Ana Maria (DF) falou sobre o papel da fiscalização nos dois institutos e deu explicações complementares sobre a transferência dos servidores do IBAMA para o ICMBio e vice-versa.

Jonas (DF) falou que a questão da fiscalização tem que ser resolvida pela administração. Deve ser discutida por meio de seminários e posterior criação de uma comissão. O cargo só será criado se houver acordo quanto a isso, mas a ASIBAMA não é contra a criação do cargo.

Eric (MMA) mencionou as dificuldades no MMA com relação ao excesso de cargos comissionados. Apresentou a seguinte proposta para votação:

- aplicação do coeficiente mínimo de ocupação dos cargos comissionados por servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA nos órgãos ambientais do âmbito federal. **RETIRADA**

Lílian (DF) disse achar necessário discutir o Decreto de criação do ICMBio, como por exemplo em relação à questão da regularização fundiária, que não possui uma coordenação com atribuições para executá-la. Questionou como as coordenações regionais irão funcionar. Propôs que esses assuntos sejam tratados em seminários. Falou que com a criação da figura do guarda-parque os analistas ambientais perderiam suas atribuições de fiscalização no ICMBio. Levantou diversas questões que salientam a necessidade de regulamentação do Decreto. Em relação à proposta da Marcela (AP), relativa aos devios de função e sobrecarga de trabalho, acha necessário oficializar um esquema de banco de horas para quem trabalha nas Unidades de Conservação. Apresentou as seguintes propostas para serem levadas à votação:

- Realização de seminários estaduais, com a seguinte proposta de pauta: atribuições do ICMBio definidas pelo decreto; regimento Interno, diretorias de proteção integral e uso sustentável; Coordenação Regional (função, hierarquia e colegiado) **APROVADA**

- Oficializar o banco de horas dos servidores junto ao setor de Recursos Humanos. **RETIRADA PARA SER DISCUTIDA PELA COMISSÃO DE RH.**

Flávio (ES) Elogiou o retorno de Chico Machado (DF) ao quadro do IBAMA, pois estava cedido a SEAP. Concordou com Carlos (RJ) ao dizer que desde já as ASIBAMAS regionais devem remeter contribuições para a nacional e serem fortalecidas para que possam fortalecer política e financeiramente esta última. Disse que existe um boato no DF de que as superintendências também seriam regionalizadas. Apresentou a proposta abaixo para ser encaminhada à votação:

- Defender a transferência de DAS da AGU para o IBAMA. **APROVADA**

Jonas (DF) relatou e pediu registro de uma proposta da Assembléia do DF para alteração do estatuto que não foi colocada no momento oportuno por esquecimento dos delegados, mesmo sabendo que esta não seria contemplada. A proposta era de que tudo aquilo que fosse retirado como proposta de alteração do estatuto fosse levado novamente aos estados para ser referendada pelas assembleias estaduais.

Iniciou-se uma discussão de defesa dessa proposta e de defesa da manutenção das decisões tomadas neste congresso sem necessidade de referendar. A mesa esclareceu que, em conformidade com os artigos 13 e 18 do estatuto da ASIBAMA, é necessária a ratificação pelas assembleias estaduais.

Às 17h45 iniciou-se o processo de votação, cujos resultados estão descritos ao lado das propostas descritas acima, neste relatório, com intervalo para jantar, tendo sido a plenária encerrada às 20h00min.

O presente relatório foi lavrado pelos Analistas Ambientais Alessandra Fontana – CGPEG/IBAMA-RJ, Daniel Vilela – SUPES/MG e Carlos Eduardo Martins Silva - CGPEG/IBAMA-RJ. Tamandaré - PE, 28 de setembro de 2007.

**I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DOS SERVIDORES DO IBAMA**

## PLENÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO

A plenária teve início às 9h15min, com a mesa sendo formada por um representante de cada região do país – Tatiana (RO), Biriba (DF), Margarida (SP),– e presidida por Rômulo (CE), todos indicados pela plenária.

Foi apresentado por Miriam (DF) um plano de Lutas com 71 itens de propostas elaboradas em encontros anteriores. Decidiu-se pela leitura deste documento e sua aprovação com os destaques sendo discutidos e votados em separado. Posteriormente, a mesa abrirá para que a plenária apresente outras propostas. Iniciou-se a leitura e foram observados os destaques para os seguintes itens:

1) Grahal (DF) e Joaquim (DF) solicitando a atualização dos índices de reajuste.

Redação Final: “Reafirmar as reivindicações não atendidas pelo governo especialmente no que tange aos acordos não cumpridos, incluindo o reajuste da tabela atualizada e reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente”. **APROVADO**

2) Glória (PR) iniciou uma discussão sobre o atendimento médico aos servidores nos municípios onde estão lotados.

Redação Final: “Cobrar dos Institutos e SFB que exija dos planos de saúde a disponibilização de serviços médicos emergenciais – UTI Móvel (ambulâncias) – nos municípios onde se localizam unidades dos Institutos”. **APROVADO**

4) Tatiana (RO) manifestou-se que a única solução definitiva para garantir o atendimento aos pais e parentes dos servidores filiados é acionar judicialmente os planos de saúde. Solicitou tal procedimento da ASIBAMA NACIONAL.

Redação Final: “Que a CONDSEF e a ASIBAMA NACIONAL ingressem na justiça imediatamente contra a decisão do governo de retirar os pais como dependentes do plano de saúde, conforme portaria 1.983/07”. **APROVADO**

5) Grahal (DF) propõe que os servidores devem rechaçar e lutar contra o PLP 01/07 e não tentar fazer emendas nele. **APROVADA A SUPRESSÃO**

7) Grahal (DF) propõe a supressão conforme o item anterior. **APROVADA A SUPRESSÃO**

8) Joaquim (DF) Propõe substituir o debate por uma posição na qual os servidores se manifestem contrários a qualquer reforma da previdência.

Redação Final: “Contra a Reforma da Previdência”. **APROVADO**

11) Tatiana (RO) cobrar dos institutos mais transparência e maior publicidade.

Redação Final: “Cobrar dos Institutos e SFB transparência e maior publicidade com relação aos contratos PNUD/Organismos Internacionais por produto, considerando o montante de recursos utilizados nos referidos contratos”. **APROVADO**

12) Beth Uema (DF) acredita que não se deve vincular melhores condições de trabalho a recursos incertos advindos de compensação ambiental.

Redação Final: “Exigir dos Institutos e SFB a criação de política permanente de melhoria das condições de trabalho dos servidores”. **APROVADO**

33) Beth Uema (DF) citou o fato de as populações tradicionais não receberem benefícios pelos recursos retirados. Os *royalties* são pagos diretamente aos municípios. Porém, devemos realizar um melhor debate sobre a questão dos *Royalties* e de sua legislação específica. **APROVADA A SUPRESSÃO**

36) Tatiana (RO) – pede que a carta seja publicada da forma mais eficiente possível, não somente entre os servidores, mas para a sociedade em geral.

Redação Final: “Carta dos delegados deste Congresso denunciando o desmonte Ibama e a má estruturação dos demais órgãos resultantes de sua divisão, com ampla divulgação entre os servidores e a população em geral”.

**APROVADO**

40) Flavio (ES) Acredita que devemos lutar por todos os cargos de DAS para servidores da casa.

Redação final: “Lutar para que todos os cargos comissionados sejam ocupados por servidores da carreira de especialistas em meio ambiente”. **APROVADO**

44) Grahal (DF) defende que o objetivo é combater a perseguição aos novos analistas em estágio probatório pelos superintendentes. Tatiana (RO) comentou sobre os servidores concursados que não permanecem no local de lotação e são removidos.

Redação final: “Lutar contra a perseguição e coação dos servidores em estágio probatório”. E “Criar mecanismos para garantir que as Unidades Descentralizadas dos órgãos da carreira de especialista em meio ambiente mantenham o quadro necessário de servidores”. **APROVADO**

46) Glória (PR) pediu esclarecimentos e, posteriormente, a supressão do item. **APROVADA A SUPRESSÃO**

47) Glória (PR) pediu para ser suprimido. **APROVADA A SUPRESSÃO**

48) Glória (PR) pediu para ser suprimido. **APROVADA A SUPRESSÃO**

52) Thais (RJ) e Glória (PR) querem alterar a redação. Rômulo (CE) teme que este item possa beneficiar servidores corruptos e defende sua supressão deste artigo.

Redação Final: “Apoio jurídico aos servidores que respondem judicialmente, em decorrência de ações impetradas contra a instituição”. **APROVADO**

55) Glória (PR) e Alberto (BA) esclarecem sobre as necessidades de correções na portaria de fiscalização 1.273/98. **APROVADA A SUPRESSÃO**

56) Miriam (DF) – Acrescentar encontros, plenário, congressos, etc. convocados pela CONDSEF.

Redação Final: “Participação dos servidores dos Institutos e SFB nas Campanhas Salariais dos Servidores Públicos Federais e nos encontros, plenárias e congressos convocados pela CONDSEF”. **APROVADO**

57) Tatiana (RO) pediu para ser suprimido. **APROVADA A SUPRESSÃO**

59) Carlos (RJ) pediu para ser suprimido. **APROVADA A SUPRESSÃO**

60) Cláudio (PE) é favorável à participação maciça somente para denunciar a farsa que a Conferencia representa.

Redação Final: “Promover ações no sentido de garantir uma participação maciça dos servidores na III Conferência Nacional de Meio Ambiente – CNMA para denunciar a farsa que a mesma representa”. **APROVADO**

64) Gisela (PE) pediu para ser suprimido. **APROVADA A SUPRESSÃO**

65) Thais (RJ) pediu esclarecimentos.

Redação Final: “Fortalecer as representações dos servidores públicos”. **APROVADO**

71) Cláudio (PE) sugeriu uma nova redação.

Redação Final: “Criação de uma Coordenação Geral de Educação ambiental no ICMBio e no IBAMA de forma a viabilizar as ações de Educação no processo de gestão ambiental”. **APROVADO**

Encerrada a leitura do documento sendo o mesmo aprovado na íntegra com as alterações destacadas também aprovadas a mesa abre para novas propostas da plenária.

Grahal solicitou um Substitutivo Global. Nos itens aonde são citados” os institutos e SFB” substituir por “órgãos da carreira de especialista em meio ambiente”. **APROVADO**

72) Proposta de Cláudio (PE). “Lutar pela Unicidade da gestão ambiental através da fusão dos órgãos ambientais federais de meio ambiente em uma única Instituição”. **APROVADO**

73) Proposta do Alfredo (RJ). “Assegurar os recursos necessários para o atendimento das demandas constantes nas programações dos órgãos da carreira de especialista em meio ambiente”. **APROVADO**

74) Proposta de Antonio (GO). “Denunciar, se contrapor e dar publicidade a forma como esta acontecendo a concessão de florestas”. **APROVADO**

75) Proposta de Antonio (GO). “Desenvolver campanha contra a concessão da Flona de Jamari e, paralelamente, ajuizar ação judicial”. **APROVADO**

### **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA MESA SETORIAL**

Flávio (ES) comentou da necessidade de se reestruturar a mesa e enfatizou a importância de elegermos membros das diferentes regiões para compor a mesa setorial de negociação.

Jonas (DF) advertiu que a eleição não será para substituir membros que não trabalharam, mas sim para compor uma nova equipe de trabalho.

Flávio (ES) leu os nomes dos candidatos a membros titulares e suplentes para a chapa. São eles:

### **Titulares**

Jonas (DF)  
Miriam (DF)  
Vera (SP)  
Rômulo (CE)  
Luiz Felipe (AL)  
Rosina (Aposentada)  
Beth Uema (DF)  
Vanja (GO)  
Jorge (SC)

### **Suplentes**

Lindalva (DF)  
Flávio (ES)  
Thaís (RJ)  
Washington (BA)  
Otávio (PA)  
Quinmas (Aposentado)  
Daniel (MG)  
Alberto (BA)  
Fernando (DF)

A chapa apresentada foi aprovada com algumas abstenções e duas declarações de votos.

Joaquim (DF) se absteve pelos significados das câmaras setoriais e ressalta que estes instrumentos podem ser utilizados para conter o movimento dos trabalhadores, afirmando que devemos ficar atentos para mudarmos os rumos a qualquer momento.

Carlos (RJ) também se absteve. Reafirmou que não acredita no papel da mesa setorial e que apesar de compreender os argumentos utilizados na defesa de nossa participação, tem uma séria divergência tática quanto a isso. Acredita que o correto seria fortalecer a luta nas bases para que possamos através de nossa mobilização abrir um canal direto de interlocução com o Governo Federal por fora das Mesas Setoriais. Afirmou que estas mesas hoje em dia só cumprem o papel de cooptação de uma burocracia sindical governistas que trabalha em defesa do seu governo e em detrimento de nossa categoria. Disse que enquanto os sindicatos e confederações permanecerem filiados a CUT estarão ligados ao Governo Federal e defendendo outros interesses que não os nossos.

Jonas (DF) informou que a mesa de negociação tem uma ação permanente, mas os eleitos podem ser substituídos a qualquer tempo.

Vera (SP) lembrou novamente que esta composição de mesa deverá ser referendada pelo Congresso da CONDSEF, que ocorrerá em dezembro.

Jonas (DF) informa que esta mesa de negociação precisa ser estabelecida antes do Congresso da CONDSEF. Que não poderemos esperar até dezembro.

## **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

Flávio (ES) leu os nomes dos candidatos a membros titulares e suplentes para a chapa. São eles:

**Titulares**

Ana Maria (DF)  
Sérgio (DF)  
Fernando (DF)

**Suplentes**

Paulo Marinari (PB)  
Marcos Dias da Costa (ES)  
Odir Batista

Washington (BA) discordou da chapa apresentada e defendeu que Servidores de outros estados que não o DF, também deveriam participar da chapa.

Jonas (DF) advertiu sobre os custos e implicações no deslocamento mensal de servidores de outros estados.

Ana Maria (DF) informou que a Assembléia Geral dos Servidores do DF deliberou para que não fosse eleito o Conselho Fiscal neste congresso.

Genildo (SE) defendeu a tese de que o Conselho Fiscal deveria exercer o mandato sobre a administração de duas diretorias distintas.

Jonas (DF) informa que a revisão do Estatuto já foi aprovada no dia anterior.

Edinho ( ) ressaltou a necessidade da participação de membros do interior do país e indicou o nome da Gisela (PE) para compor a chapa como titular para o Conselho Fiscal.

Joaquim (DF) defendeu o consenso entre os interessados.

Após um intenso debate foi aprovada uma nova chapa que incluía o nome de Gisela (PE), no lugar de Sérgio (DF), como titular para o Conselho Fiscal.

Jonas (DF) apresentou uma proposta de termo de compromisso, enviada via fax para o CEPENE, para uma composição do calendário nacional de reposição dos dias parados, que foi lida pela mesa.

Paulo (RN) informou que a proposta lida foi elaborada pelo Superintendente do RN e apresentada ao Presidente do IBAMA e que alguns servidores daquela SUPES já estavam aderindo a esta proposta.

A proposta foi **REJEITADA POR UNANIMIDADE** pela Assembléia.

Vera (SP) pediu que saísse um encaminhamento do Congresso para que todas as Associações Estaduais alterassem seus estatutos para incorporar os Servidores dos outros órgãos da carreira de especialista em meio ambiente.

Em seguida foram apresentadas e aprovadas algumas moções:

Moção de apoio aos dirigentes da ASIBAMA / ES. Apresentada por Flávio (ES)

Moção de reconhecimento aos colegas do CEPENE. Apresentada por Ana Maria (DF)

Moção de apoio ao Servidor Magela, Presidente da ANFFEMA. Apresentada por Ana Maria (DF)

Jonas (DF) anunciou a proposta de que o próximo Congresso Anual dos Servidores do IBAMA (2008) deverá ser realizado na região Norte do País.

**APROVADA POR UNANIMIDADE.**

Eric (MMA) agradeceu o convite para participar do evento.

A mesa encerrou o I Congresso Extraordinário dos Servidores do IBAMA às 13h20min.